

A nova estratégia

1985
Gazeta Mercantil

Economia - Brasil

por Celso Pinto
de Brasília

O governo não deverá submeter seu programa econômico para 1986, delineado ontem, ao exame do Fundo Monetário Internacional (FMI). A disposição é negociar diretamente com os bancos a prorrogação, por um ano, do acordo que garante os créditos de curto prazo e que vence em janeiro.

Quando o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, almoçou com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, em Washington, no último domingo, chegou a ouvir algumas observações encorajadoras em relação à direção que pretendia imprimir ao "pacote" de ajuste econômico. Mesmo assim, não houve nem há nenhuma indicação mais precisa de que o Fundo endossaria o programa brasileiro.

Na verdade, o governo simplesmente se convenceu de que conseguirá acertar-se com os bancos sem o Fundo desde que não discuta acordos pluria-

nuais. Por esta razão, não quer assumir o ônus de manter o crivo crítico do FMI. A hipótese de um acordo mais ortodoxo, do tipo "stand by", que inclui empréstimo do FMI e auditorias trimestrais, já estava afastada há algum tempo. Um monitoramento mais suave ("enhanced surveillance"), em que o Fundo não entra com recursos, apenas avaliza o comportamento da economia a cada semestre, foi considerado aceitável durante algum tempo. Hoje, contudo, também é considerado dispensável.

Uma terceira hipótese seria o Brasil, como havia dito nestes últimos meses, enviar seu programa à direção do Fundo, mesmo firmando posição, a priori, de que não aceitaria objeções. Se isto fosse feito, o Fundo poderia enviar um telex aos bancos fazendo uma avaliação genérica do programa. E esta terceira hipótese que o governo também descartou. O Fundo poderá até ser informado, de modo não oficial, sobre o programa e, se quiser,

enviar um telex aos bancos. O governo, contudo, não deverá fazer uma comunicação formal.

Ironicamente, a decisão de livrar-se de vez do FMI coincide com a divulgação de um "pacote" que deverá ser mais austero do que vinha sendo falado. O corte nos investimentos das estatais será mais duro. Prevê-se um déficit de Cr\$ 6 trilhões neste ano para as estatais, mas ele subirá a Cr\$ 26 trilhões, que equivalem a Cr\$ 52 trilhões em cruzeiros de 1986.

Como o "pacote" prevê que este déficit seja zerado no próximo ano, pode-se ver o tamanho do esforço exigido. Parte virá de recomposição de tarifas, mas, para evitar pressões inflacionárias, o grosso será dado por reduções nas previsões de investimento. A Petrobrás, por exemplo, certamente ficará com muito menos do que os US\$ 5 bilhões que pediu para investir no próximo ano.

Os estados e municípios deverão apresentar um déficit próximo a 1% do PIB, inflado pelos previsíveis

gastos eleitorais. Em contrapartida, a União deverá contribuir com um superávit equivalente, ajudada por uma expectativa de aumentos da arrecadação maiores do que se esperava.

Tudo considerado, prevê-se, segundo Funaro, um déficit operacional em 1986 de apenas 0,5% do PIB (estimava-se 1,6% há duas semanas). É um corte significativo em comparação com os 2,8% registrados até setembro deste ano, e ainda maior quando se considera que ele é medido por um conceito diferente do utilizado pelo Fundo, como apurou este jornal.

O conceito que o Brasil passou a utilizar é, na verdade, mais abrangente do que o do Fundo. Mede as necessidades de financiamento da União, estados, municípios, e estatais, como o FMI, mas agrega, também, o setor público financeiro. Para se ter uma idéia do efeito, o déficit de 1984 quando medido pelo Fundo chega a 2% do PIB; pelo conceito do governo, vai a pouco mais do dobro.

Em outros termos, se o governo quisesse converter suas estimativas aos critérios do FMI, possivelmente chegaria até a superávit operacional para 1986 — que é o que o Fundo sempre quis. O número de 0,5% pode, é claro, ser ultrapassado. De todo modo, para evitar surpresas desagradáveis, o governo embutiu, propositadamente, algumas projeções bastante conservadoras no "pacote". O objetivo é tentar algo inédito: que a realidade acabe sendo melhor do que as previsões oficiais.